

O valor estratégico do Promontório Nordeste

Beatriz Maria Soares Pontes¹

Resumo

O presente trabalho aborda, inicialmente, os conceitos de Estratégia, Nação, Estado e Estratégia Nacional de Defesa. Em seguida, discute as Estratégias preconizadas pelo Estado Brasileiro, para o Promontório Nordeste, no decurso da segunda metade do século XX: uma Política para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), o Projeto Áridas e o documento Ação para o Nordeste de 1996. Após o resgate de tais estratégias é discutida a posição estratégica do Nordeste em relação ao Atlântico Sul, à Antártida e ao Pacífico. Finalizando, é feita uma reflexão em torno da Estratégia Nacional do Brasil, de caráter integrativo, a qual o Promontório Nordeste está indissociavelmente ligado.

Palavras-chave: Promontório Nordeste; Nordeste; Estratégia.

Resumen

El presente trabajo habla, inicialmente, de los conceptos de Estrategia, Nación, Estado y Estrategia Nacional de Defensa. A continuación, discute las estrategias privilegiadas por el Estado Brasileño, para el Promontorio Nordeste, en el transcurso de la segunda mitad del siglo XX: una Política para el Desarrollo del Nordeste (GTDN), el Proyecto Áridas y el documento Acción para el Nordeste del año 1996. Después del rescate de tales estrategias es discutida la posición estratégica del Nordeste en relación al Atlántico Sur, a Antártida y al Pacífico. Concluyendo, se hace una reflexión sobre la Estrategia Nacional de Brasil, de carácter de integración, al cual el Promontorio Nordeste está ligado de modo indisociable.

Palabras-clave: Promontorio Nordeste; Nordeste; Estrategia.

1 Geógrafa. Docente do Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais da UFRN. Contato: beatrizmariosoares@ig.com.br

Introdução

O conceito de Estratégia. Presentemente, o conceito de estratégia está estreitamente vinculado à política e ao poder. Portanto, estratégia, política e poder constituem novas formas que devem integrar a análise de uma Nação.

A política estabelece o que fazer e qual o fim procurado; a estratégia estabelece como fazer e como dispor dos meios para atingir os objetivos. E, o poder define e conjuga estes meios para realizá-lo.

Desta forma:

- Política é a arte de, ao interpretar os interesses e aspirações coletivas, estabelecer os objetivos e orientar a conquista e a preservação destes objetivos;
- Estratégia é a arte de pensar e planejar as ações necessárias à obtenção dos meios para se conquistar e manter os objetivos pretendidos;
- Poder é a capacidade de ação integrada para aplicação dos meios de que se dispõe para conquistar e manter os objetivos pretendidos. (COSTA, 2009, p. 407).

O conceito moderno de Nação. No âmbito do processo da globalização, o moderno conceito de Nação só pode ser entendido levando-se em conta um conjunto de aspectos subjetivos e objetivos, em cinco dimensões: psicológica (consciência de formar um grupo), cultural, territorial, política e histórica.

Além disso, cumpre ressaltar a contribuição do pensamento realista em política internacional. Ao tratar o interesse nacional como a razão de ser dos estados Nacionais, esta concepção traz para o debate o tema da nação na sua versão estatal e contemporânea, sendo a política identificada como a luta pelo poder. A política das nações é a busca do poder de realização de seus interesses, definidos como nacionais e reconhecidos como de valor superior a qualquer outro.

Para Greenfeld (1998, n.d.): “A nação, é um conjunto de fenômenos que se articulam em torno de situações particulares, que moldam uma identidade nacional, desvelam uma consciência coletiva e constroem uma coletividade, no pressuposto da solidariedade.”

O conceito de Estado Nacional. Estado é uma associação de indivíduos em que todos obedecem às regras predefinidas e são dirigidos por alguém que toma as decisões sobre matérias de natureza coletiva e que os obriga ao seu cumprimento. Os membros da associação têm direito a um território definido nas formas especificadas nas regras sociais.

Aqui, cabe inserir um outro conceito fundamental, que é o conceito de soberania. A obediência aos ditames do Estado pode ser voluntária ou resultante da coação. Contudo, para que haja coação, a vontade de quem determina tem de ser soberana em relação a todas as demais vontades, ou seja, quem decide deve ter o monopólio do poder.

O conceito de Estratégia Nacional de Defesa. No que concerne ao conceito de estratégia nacional de defesa, esta diz respeito ao vínculo entre o conceito e a política de independência nacional, de um lado, e as Forças Armadas para resguardar essa independência, de outro.

O documento de defesa brasileiro *Estratégia Nacional de Defesa* estabelece três eixos estruturantes:

- Como as Forças Armadas devem-se organizar e orientar para desempenharem sua destinação constitucional e suas atribuições na paz e na guerra;
- A reorganização da indústria nacional de material de defesa, para assegurar que o atendimento das necessidades de equipamento das Forças Armadas apoie-se em tecnologias sob o domínio nacional;
- A composição dos efetivos das Forças Armadas e, conseqüentemente, sobre o futuro do Serviço Militar Obrigatório. (BRASIL, 2008, p. 15)

Atualmente, as diretrizes da *Estratégia Nacional de Defesa* são as seguintes:

- Dissuadir a concentração de forças hostis nas fronteiras terrestres, nos limites das águas jurisdicionais brasileiras e impedir-lhes o uso do espaço aéreo nacional;
- Organizar as Forças Armadas sob a égide do trinômio monitoramento/controlar, mobilidade e presença;
- Desenvolver as capacidades de monitorar e controlar o espaço aéreo, o território e as águas jurisdicionais brasileiras;
- Desenvolver, lastreado na capacidade de monitorar/controlar, a capacidade de responder prontamente a qualquer ameaça ou agressão: a mobilidade estratégica;

- Aprofundar o vínculo entre os aspectos tecnológicos e os operacionais da mobilidade, sob a disciplina de objetivos bem definidos;
- Fortalecer três setores de importância estratégica: o espacial, o cibernético e o nuclear;
- Unificar as operações das três Forças, muito além dos limites impostos pelos protocolos de exercícios conjuntos;
- Reposicionar os efetivos das três Forças;
- As principais unidades do exército estacionam no Sudeste e no Sul do Brasil. A esquadra da Marinha concentra-se na cidade do Rio de Janeiro. As instalações tecnológicas da Força Aérea estão quase todas localizadas em São José dos Campos, em São Paulo. As preocupações mais agudas em defesa estão, porém, no Norte, no Oeste e no Atlântico Sul;
- Sem desconsiderar a necessidade de defender as maiores concentrações demográficas e os maiores centros industriais do País, a Marinha deverá estar mais presente na região da foz do Amazonas e nas grandes bacias fluviais do Amazonas e do Paraguai-Paraná. O exército deverá posicionar suas reservas estratégicas no centro do País, de onde poderão deslocar-se em qualquer direção. Deverá também o Exército agrupar suas reservas regionais nas respectivas áreas, para possibilitar a resposta imediata na crise ou no conflito armado;
- Adensar a presença de unidades do Exército, da Marinha e da Força Aérea nas fronteiras;
- Deve-se ter claro que, dadas as dimensões continentais do território nacional, presença não pode significar onipresença. A presença ganha efetividade graças à sua relação com monitoramento/controle e com mobilidade;
- Priorizar a Região Amazônica;
- A Amazônia representa um dos focos de maior interesse para a defesa. A defesa da Amazônia exige avanço de projeto de desenvolvimento sustentável e passa pelo trinômio monitoramento/controle, mobilidade e presença;
- Desenvolver, para fortalecer a mobilidade, a capacidade logística, sobretudo na região amazônica;
- Desenvolver, para atender aos requisitos de monitoramento/controle, mobilidade e presença, o conceito de flexibilidade no combate;
- Desenvolver, para atender aos requisitos de monitoramento/controle, mobilidade e presença, o repertório de práticas e de capacitações operacionais dos combatentes;
- Promover a reunião, nos militares brasileiros, dos atributos e predicados exigidos pelo conceito de flexibilidade;

- Rever, a partir de uma política de otimização de emprego de recursos humanos, a composição dos efetivos das três Forças, de modo a dimensioná-las para atender adequadamente ao disposto na estratégia Nacional de Defesa;
- Estruturar o potencial estratégico em torno de capacidades;
- Convém organizar as Forças Armadas em torno de capacidades, não em torno de inimigos específicos. O Brasil não tem inimigos no presente. Para não tê-los no futuro, é preciso preservar a paz e preparar-se para a guerra;
- Preparar efetivos para o cumprimento de missões de garantia da lei e da ordem, nos termos da Constituição Federal;
- Estimular a integração da América do Sul;
- Preparar as Forças Armadas para desempenharem responsabilidades crescentes em operações de manutenção da paz;
- Ampliar a capacidade de atender aos compromissos internacionais de busca e salvamento;
- Desenvolver o potencial de mobilização militar e nacional para assegurar a capacidade dissuasória e operacional das Forças Armadas;
- Capacitar a indústria nacional de material de defesa para que conquiste autonomia em tecnologias indispensáveis à defesa.
- Manter o Serviço Militar Obrigatório. (BRASIL, 2008, p. 4-11).

Portanto, tendo em vista os conceitos supracitados, passaremos a discutir o Promontório Nordeste, no que concerne às suas estratégias internas, bem como a sua responsabilidade em face da sua posição geográfica e integrado, atualmente, à estratégia nacional brasileira.

O Promontório Nordeste: considerações gerais

O Brasil detém o Promontório Nordeste que é a parte continental mais avançada da América meridional à entrada do Atlântico Sul. Por sua vez, na Amazônia, característica região de trânsito, manifesta-se a pressão dos espaços interiores e a capacidade de penetração das influências oceânicas.

Assim, nosso país detém de vantagens reais, através de um extenso litoral, não muito recortado, o qual dispõe de bons portos, em número satisfatório e localização conveniente, sobre um oceano em torno do qual ocorrem significativas relações

comerciais, que envolvem os EUA, Europa, África e América Latina. Além disso, conta nas proximidades do seu litoral, com reservas petrolíferas (inclusive as reservas do pré-sal), manganês, areias monazíticas, atividades turísticas, a embocadura do Rio Amazonas e a já citada localização estratégica do Nordeste.

Somente após quatro séculos de existência, o *heartland* central brasileiro vem, paulatinamente, atingindo o seu destino geopolítico de vasta área de possível condensação ecumênica, centro de propulsão econômica, encruzilhada complexa de caminhos, nó de amarração natural de todo o bloco continental e plataforma essencial para o expansionismo e ocupação efetiva do interior.

Nesse contexto, resta ainda reforçar o significado da área geopolítica do Nordeste brasileiro no conjunto sul-americano, para o qual continua a desempenhar, como para o Brasil, em escala apenas diferente, o mesmo papel de bastião avançado de defesa contra ações extracontinentais provindas do Atlântico ou de outras áreas, além de ser uma vital plataforma de projeção para o oriente.

Por outro lado, o oceano Atlântico nos coloca em contato direto com os centros de produção e de cultura do Hemisfério Norte, dos quais procedem, os impulsos mais fortes de renovação e de progresso, através da moderna tecnologia e dos avanços científicos, que acrescentam e complementam novos conhecimentos à nossa realidade concreta.

Pelo que foi consignado, temos claro que devemos levar em consideração, para o pleno entendimento da relevância do Promontório Nordestino, quer no que concerne à esfera continental da América do Sul, quer no que diz respeito à sua posição em face do Atlântico Sul, os seguintes suportes geopolíticos:

- Valorização e integração espaciais, abrangendo o interior brasileiro;
- A busca de um projeto pacífico, tendo em vista as relações internacionais;
- Uma política simultânea de integração e, se for o caso, de contenção, na área das nossas fronteiras;
- Colaboração continental, bem como com as nações africanas;

A costa brasileira com ênfase ao litoral nordestino

Muitas características físicas, econômicas e culturais do Brasil estão intimamente relacionadas com o Atlântico Sul. O oceano é o grande modelador da linha de costa, o “reservatório” do qual os ventos alísios retiram a umidade que se transforma em chuva sobre o território, e o responsável indireto por algumas paisagens botânicas brasileiras, que dependem da pluviosidade originária do mar. Além disso, o Atlântico é um dos principais meios de comunicação entre as várias regiões do país, nem sempre interligadas por vias terrestres, e a principal via de exportação da produção nacional. Foi através dele que o Brasil recebeu uma série de influências étnicas e culturais – dos colonizadores portugueses, dos negros africanos e dos imigrantes europeus e asiáticos. Há dois outros fatores cuja importância se afirmaram mais recentemente: o interesse econômico crescente sobre os recursos naturais da plataforma continental, onde a pesquisa e a prospecção submarina (sobretudo de petróleo) têm se desenvolvido mais intensamente; e o significado geopolítico da posição do Brasil, que domina a parte central e mais estreita do oceano Atlântico.

Com toda essa grande extensão, o litoral do Brasil desempenhou e desempenha papel de relevante importância na estruturação do país. No entanto, o litoral brasileiro apresenta-se maciço em seu conjunto, carente de grandes recortes. (ENCICLOPÉDIA DO MAR, 1975).

Quanto à situação insular, rumo ao sul, na altura da costa do Espírito Santo, destacamos as ilhas da Trindade e de Martim Vaz que perfazem, conjuntamente, uma área de 10,4 km². As ilhas são consideradas pelos navegadores como um imenso paredão no meio do Atlântico. Nela, persiste uma guarnição de 32 militares da marinha brasileira.

Essas ilhas permaneceram na posse de Portugal até que passaram a ser brasileiras com nossa independência. Em 1890, o Reino Unido ocupou Trindade, mas os ingleses abandonaram as ilhas em 1896, depois de um acordo entre os dois países, que contou com mediação portuguesa. Em 1895, mais uma vez, tentaram os ingleses obter a posse dessa estratégica posição no Atlântico Sul, porém os esforços diplomáticos brasileiros, aliados ao apoio da diplomacia portuguesa, reintegraram a posse da Ilha da

Trindade ao Brasil. Para afirmar, de uma vez por todas, a soberania brasileira sobre a ilha foi erigido um marco na data de 24 de janeiro de 1897.²

Devemos ressaltar, ainda, a presença, ao largo da costa nordestina, do Atol das Rocas, do Arquipélago de São Pedro e São Paulo e do Arquipélago de Fernando de Noronha. O Atol das Rocas é um recife anular elíptico, localizado a 267 km a nordeste da cidade de Natal (RN) e a 148 km a oeste do Arquipélago de Fernando de Noronha (PE), ainda em águas jurisdicionais brasileiras.

Apesar de ser conhecido desde o século XVI, o primeiro mapa detalhado de Rocas surgiu apenas em 1852, desenhado pelo Capitão-Tenente Phillip Lee, com a denominação de Baixo das Rocas ou Baixo das Cabras. Devido à pouca profundidade de suas águas, a navegação nesse trecho da costa é muito perigosa, podendo acarretar sérios acidentes. Por tal razão, iniciou-se a construção do primeiro Farol do Atol das Rocas, na Ilha do Farol.

O Atol das Rocas é protegido pela reserva biológica homônima, que é a primeira Reserva Biológica Marinha do Brasil, através do decreto-lei nº 83.549, de 1979.

O Arquipélago de São Pedro e São Paulo é um conjunto de pequenas ilhas rochosas que se situa na parte central do Atlântico equatorial, distando 627 km de Fernando de Noronha, 986 km do ponto mais próximo do continente e 1010 km a partir de Natal. Foi declarado como parte do território brasileiro, segundo o IBGE.

Em 1998, foi inaugurada a estação científica na ilha Belmonte, dando início ao Programa Arquipélago de São Pedro e São Paulo (Proarquipélago), sob administração da Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (SECIRM). A presença permanente de cientistas na estação científica é necessária para provar a habitabilidade no arquipélago, fundamental para a obtenção do seu reconhecimento internacional como território brasileiro. Eventualmente, radioamadores expedicionários apoiados pelas forças armadas efetuam contatos internacionais via rádio HF e satélite, reforçando a presença brasileira no arquipélago. Era chamado popularmente de "Penedo de São Pedro e São Paulo" ou "Rochedo de São Pedro e São Paulo", porém, hoje, é designada oficialmente de Arquipélago de São Pedro e São Paulo.

Fernando de Noronha é um arquipélago hoje integrante do Estado de Pernambuco, formado por 21 ilhas e ilhotas, as quais ocupam uma área de 26 km², situado no Atlântico, à leste do estado do Rio Grande do Norte. É gerida por um

² Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Trindade_e_Martim_Vaz Acesso em: 28/02/2012.

administrador-geral designado pelo governo do Estado de Pernambuco. A ilha principal tem 17 km² e fica a 545 km de Recife e a 360 km de Natal.

Após uma campanha liderada pelo ambientalista gaúcho José Truda Palazzo Jr., em 1988, a maior parte do Arquipélago foi declarada Parque Nacional, com cerca de 8 km², para a proteção das espécies endêmicas e da área de concentração dos golfinhos rotadores (*Stenella longirostris*), que se reúnem diariamente na Baía dos Golfinhos - o lugar de observação mais regular da espécie em todo o planeta. O parque nacional é hoje administrado pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). O centro comercial em Noronha é a Vila dos Remédios, não sendo considerada capital, por ser a ilha distrito estadual de Pernambuco.

Antes de se tornar uma área turística, o arquipélago foi local de detenção de condenados enviados à cumprir pena no presídio ali existente, que funcionou entre 1737 a 1942. Posteriormente, recebeu somente presos políticos do Estado Novo.³

No âmbito desta extensa costa brasileira, destacamos o litoral do Promontório Nordeste, no qual, passados os dias de esplendor do açúcar e do algodão, este passou a ser uma das áreas mais problemáticas do país. Até pouco tempo, diariamente, ao longo da linha costeira, esgueirando-se por entre as linhas de recifes, as jangadas partiam à procura de uma subsistência precária e, muitas vezes, eram obrigadas a percorrer longas distâncias, pois o fundo pedregoso do mar próximo à costa dificultava a utilização das grandes redes de arrasto. Dedicavam-se principalmente à pesca da lagosta, do atum e do pargo, em alto-mar, e do xaréu e da cavala, quando os cardumes se aproximavam da costa. Além disso, em toda a região, os pequenos rios, obstruídos, sempre formaram brejos e mangues próximos ao litoral. Neles, a população dedicou-se ao resgate dos caranguejos, os quais alcançavam bons preços nos mercados locais.

Agrupados ao longo de toda a costa, os coqueiros representaram outra fonte de subsistência para os habitantes do litoral. Suas folhas forneceram a cobertura para as habitações humildes, os frutos contribuíram para a alimentação e a madeira encontrou as mais diversas utilizações. O recente desenvolvimento do sistema de estradas trouxe nova perspectiva para os habitantes do litoral nordestino, como o turismo. É cada vez maior o número de pessoas que se dirigem para as praias nordestinas, com suas fortalezas coloniais abandonadas e onde as jangadas se alinham na areia branca. Há praias

³ Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Fernando_de_Noronha Acesso em: 28/02/2012.

internacionalmente famosas, como a de Mucuripe, em Fortaleza, e a de Genipabu, no Rio Grande do Norte, com suas dunas gigantescas e pequenas lagoas de água doce.

Outra atividade econômica que está em franco desenvolvimento, criando empregos em toda a região, é a exploração do petróleo. Iniciada em 1968, prossegue em ritmo acelerado a prospecção de petróleo na área continental costeira (o Rio Grande do Norte é hoje o segundo produtor nacional de petróleo, ficando atrás apenas do Rio de Janeiro) e na plataforma continental nordestina, especialmente na zona de Sergipe e Alagoas.

No delta do Parnaíba, a plataforma continental brasileira se estende para o mar por 170 km. Depois, vai diminuindo de largura na direção leste, caindo para 50 km ao longo do litoral cearense e estreitando-se ainda mais na altura do cabo de São Roque. Daí até o sul da Bahia, já no litoral oriental, a plataforma não ultrapassa 30 km. Foi nessa faixa estreita em frente à costa do menor dos estados brasileiros que a Petrobras descobriu apreciáveis reservas de petróleo.

Nos 11.500 km quadrados da bacia sedimentar da plataforma de Sergipe-Alagoas, depositam-se reservas de petróleo avaliadas em 7,83 milhões de metros cúbicos. Em seus trabalhos de prospecção nessa bacia, a Petrobras abriu, até 1974, nada menos que 108 poços, 96 dos quais no mar de Sergipe, compondo os campos petrolíferos de Guaricema, Caioba, Camorim, Dourado e Robalo, em Sergipe, e Mero, em Alagoas. Realizam-se ainda, prospecções no litoral norte da Bahia e no Rio Grande do Norte. Em águas deste último estado, encontra-se o poço de Ubarana, próximo à cidade de Macau, que utiliza a primeira plataforma de perfuração construída no Brasil. Desse modo, as torres de aço da perfuração dos poços de petróleo passaram a ser um elemento constante na paisagem da costa do Nordeste brasileiro (ENCICLOPÉDIA DO MAR, 1975). Lembramos também, na costa nordestina, a presença de portos importantes, tais como: o Porto de Itaqui, Recife, Suape e Salvador.

No que se refere aos aspectos estratégicos, o Estado Brasileiro preconizou para o Promontório Nordestino, no decurso do Segundo Conflito Mundial, a instauração das Bases Aérea e Naval, em Natal, no Rio Grande do Norte.

Portanto, o Governo Vargas assinou um Acordo de Defesa Mútua em julho de 1941, que previa a instalação de bases norte-americanas no Nordeste, o rompimento de relações diplomáticas com a Alemanha, Itália e Japão, bem como a declaração de guerra

ao Eixo. O governo brasileiro, então, criou através de Decreto, a Base Aérea de Natal, sediada no atual município de Parnamirim. Tendo em vista as modestas dependências nela estabelecidas, os norte-americanos construíram um novo campo, chamado Base Leste, o qual foi a maior base de aviação e operações norte-americanas fora do seu território, no transcurso do referido conflito.

Assim, sob a ótica estratégica a Base de Natal foi sempre identificada nos mapas como um triângulo, do qual um dos vértices correspondia ao Nordeste e os outros dois remetiam ao Sul da Europa e ao Norte da África.

Em outubro de 1946, a Base Leste foi oficialmente entregue ao governo brasileiro, e naquele mesmo ano, foi inaugurada a Estação de Passageiros da Base Aérea de Natal, elevada à condição de Aeroporto Internacional Augusto Severo, em 1951.

Posteriormente, o Presidente Jânio Quadros criou a Comissão Nacional de Atividades Espaciais (CNAE) e, em seguida, o Ministério da Aeronáutica oficializou a criação do Centro de Lançamentos da Barreira do Inferno (CLBI), instalado no município de Parnamirim, passando a desenvolver vários projetos internacionais em parceria com a NASA. A opção pelo Nordeste, no que concerne ao estabelecimento do Centro Espacial, remeteu-se ao fato da região ter uma excelente posição estratégica em relação ao tráfego aéreo, envolvendo a Europa, o norte da África e os Estados Unidos.

Ainda no decorrer do Segundo Conflito Mundial, em julho de 1941, foi iniciada a preparação do terreno, à margem direita do rio Potengi, para a edificação do prédio do Comando da Base Naval de Natal, a qual prestou apoio aos navios brasileiros e aliados que operavam no Atlântico Sul, durante aquele conflito. Desde sua criação, a Base Naval de Natal contribuiu para a operação dos navios estacionados no Distrito Naval ou em trânsito na área, tendo como objetivos:

- Prover facilidades de estacionamento e docagem aos navios da Marinha Brasileira, estacionados ou em trânsito, de acordo com as respectivas capacidades;
- Prover serviços de manutenção e reparo, a nível de 2º e 3º escalões, para os navios estacionados ou em trânsito, compatíveis com as suas disponibilidades;

- Prover apoio de rancho, de adestramento, de alojamento e de transporte terrestre para o seu pessoal e das operações Navais apoiadas.⁴

Devemos lembrar ainda que a Base Naval de Natal é subordinada ao 3º Distrito Naval da Marinha do Brasil, tendo como objetivo principal o funcionamento e operação das Forças Navais, Aeronavais e de Fuzileiros Navais, estacionados ou em trânsito, na sua área de atuação. A esquadra brasileira, conta, ainda, com a Base Naval para reabastecimento de munições e combustíveis, além de reparos. Atualmente, a referida base apresenta um Dique Flutuante (Cidade de Natal) com 118 metros de comprimento e 23 metros de largura, capaz de docar navios com até 20.000 toneladas.⁵

Pelo exposto, torna-se evidente a importância estratégica do Promontório Nordeste, não só em relação ao espaço brasileiro e sul-americano, como também, no que tange à realidade internacional contemporânea nos assuntos que envolvem conflitos e no que diz respeito às relações promotoras da paz mundial.

As estratégias internas estabelecidas pelo Estado Brasileiro em relação ao Promontório Nordeste

Ao levarmos em consideração que o Nordeste brasileiro representa para o Brasil uma área estratégica, entendemos que é imprescindível o ascultamento da realidade interna desta grande região, bem como desta em relação ao país como um todo. Desta forma, optamos por discutir o que o Estado Brasileiro pensou, no decorrer da segunda metade do século XX, sobre esta área brasileira e quais as medidas estratégicas tomadas no propósito de atenuar ou melhor resolver os sérios problemas inerentes à esta região.

As estratégias propostas pelo GT para o Desenvolvimento do Nordeste

O documento resultante do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste, coordenado por Celso Furtado, correspondeu ao período compreendido entre 1948 e 1956, efetuando uma análise sucinta do problema que representava a região no quadro do desenvolvimento econômico nacional, além de um conjunto de recomendações concretas que, levadas à prática, poderiam modificar os dados desse problema,

4 Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Base_NAval_de_Natal Acesso em: 13/03/2012.

5 Disponível em: <http://www.parnamirim.rn.gov.br/historiaparnamirim> Acesso em: 13/03/2012.

encaminhando uma solução definitiva do mesmo. Identificaremos, a seguir, os pontos centrais dessa análise e as diretrizes que orientaram as referidas recomendações:

- A disparidade de níveis de renda existente entre o Nordeste e o Centro-Sul do país constituía o mais grave problema para o desenvolvimento econômico nacional;
- O ritmo de crescimento da economia nordestina nos últimos decênios era substancialmente inferior ao da economia do Centro-Sul;
- À escassez relativa de terras aráveis, à inadequada precipitação pluviométrica, à extrema concentração da renda na economia açucareira, à predominância do setor de subsistência na pecuária do *hinterland* semiárido – adicionavam-se outras, de tipo circunstancial, decorrentes da própria política de industrialização, seguida naquele último decênio;
- As relações econômicas do Nordeste com o Centro-Sul, caracterizavam-se por um duplo fluxo de renda, operando o setor privado como instrumento de transferência contra o Nordeste e o setor público (o Governo Federal) em sentido inverso;
- O desenvolvimento da economia nordestina recebia seu impulso básico, até àquela época, do setor exportador;
- Além da importância incontestável do setor exportador, o setor público também desempenhava um papel básico. O governo federal despendia, na região, uma soma de recursos muito superior ao que ali arrecadava. Essas transferências provocadas pelo setor público compensavam, formalmente, a saída de capitais pelo setor privado. Entretanto, não podemos ignorar que os recursos transferidos pelo setor privado eram capitais em busca de melhores oportunidades de aplicação, e se investidos na região criariam oportunidades de emprego permanente para a população, ao passo que as transferências do governo tinham, em grande parte, o caráter de simples gastos assistenciais;
- A regressividade do sistema tributário federal, e mais ainda a do estadual e municipal, fazia com que a carga tributária do Nordeste fosse, dentro do conjunto da Federação, maior do que seria de se esperar dado o seu nível de renda. Assim, se do lado do dispêndio o setor político operava como elemento dinâmico na economia do

Nordeste, do lado da arrecadação tributária contribuía para agravar a tendência às disparidades regionais de níveis de desenvolvimento;

- Aumentar as exportações de produtos primários era, seguramente, a forma mais “barata” de uma economia crescer. Ocorria, entretanto, que nem sempre essa linha de desenvolvimento estava aberta, ou apresentava as dimensões requeridas;

- A economia da zona semiárida do Nordeste definia-se por um complexo de pecuária extensiva e agricultura de baixo rendimento. Do ponto de vista do conjunto da população trabalhadora, a atividade mais importante era a agrícola. O colapso de uma produção de alimentos, organizada como agricultura de subsistência, assumia, necessariamente, dimensões de calamidade social;

- O combate aos efeitos das secas consistia, até então, em medidas de curto prazo – principalmente de caráter assistencial – e de longo prazo, concentrando-se, estas últimas, na construção de uma rede de açudes. Por motivos diversos, nenhuma dessas medidas conseguiu modificar o curso dos acontecimentos. Sendo a seca uma crise da produção determinada por fatores físicos, as medidas de curto prazo não podiam, evidentemente, atacar a raiz do problema. Limitavam-se a criar, artificialmente, uma demanda de alimentos que só podia ser satisfeita, através do suprimento externo. As medidas de longo prazo foram orientadas no sentido da criação de uma importante rede de açudes, mera etapa preliminar na execução de uma política de melhor aproveitamento de terras e águas na região. Tanto as medidas de curto, como as de longo prazo contribuíram, indiretamente, para fixar na região, um excedente demográfico crescente, sem modificar em nada os dados fundamentais do problema.

O Plano de Ação apresentado neste documento estava estruturado em torno de quatro diretrizes básicas:

- Intensificação dos investimentos industriais, visando criar no Nordeste, um centro autônomo de expansão manufatureira;
- Transformação da economia agrícola da faixa úmida, com vistas a proporcionar uma oferta adequada de alimentos nos centros urbanos, cuja industrialização deveria ser intensificada;
- Transformação progressiva da economia das zonas semiáridas no sentido de elevar sua produtividade e torná-la mais resistente ao impacto das secas; e

- Deslocamento da fronteira agrícola do Nordeste, visando incorporar à economia da região, as terras úmidas do *hinterland* maranhense, que estavam em condições de receber os excedentes populacionais criados pela reorganização da economia da faixa semiárida. (BACELAR; DUARTE; GUIMARÃES; GOMES, 1994, p. 160).

Este documento representou uma primeira grande tomada de consciência da realidade nordestina em relação à própria região, e desta em face do país como um todo. No transcorrer dos anos seguintes, observamos que aspectos destacados pelo Documento foram, na verdade, executados pelo governo federal, bem como pelas administrações estaduais Nordestinas, na medida do possível.

As estratégias propostas pela Comissão Mista para o Estudo do Desequilíbrio Econômico Inter-Regional Brasileiro: o Projeto Áridas

A constituição da Comissão Mista para o Estudo do Desequilíbrio Econômico Inter-Regional Brasileiro se verificou em março de 1992, tendo sido instalada em abril do mesmo ano. O objetivo da comissão parlamentar foi o de “avaliar as alternativas políticas e econômicas de promoção de desenvolvimento nacional integrado e equilibrado”, procurando definir as “opções políticas com que se defrontavam as elites e o povo brasileiro na formulação de uma estratégia de desenvolvimento nacional equilibrado”.

Para o relatório, a proposta de desenvolvimento nacional integrado não se destinava a uma região específica do Brasil. Pretendia, na verdade, construir um referencial para a integração do espaço brasileiro dentro de um Projeto de Brasil que promovesse e reorientasse o desenvolvimento nacional. Consciente das grandes dificuldades econômico-financeiras e sociais do Brasil, não se limitou a formular propósitos e intenções, mas identificou políticas e iniciativas dentro de uma visão estratégica e de longo prazo, que garantisse o tempo necessário para a maturação de projetos e investimentos considerados fundamentais para a desejada transformação estrutural da economia e sociedade brasileiras. (VIEIRA, 2004, p. 119).

O relatório da Comissão antecipou nessa passagem destacada o que marcará uma das principais mudanças no planejamento brasileiro: um novo conteúdo para as políticas de planejamento, agora, sob o controle rigoroso do governo federal e uma reorientação das políticas regionais dando lugar à noção de “desenvolvimento nacional integrado”. Portanto, as políticas regionais passaram a estar subordinadas a uma nova estratégia nacional de desenvolvimento, a qual reduziu a importância das políticas regionais.

Assim, para a Comissão, a construção de um “projeto nacional” foi uma necessidade baseada numa “concepção de desenvolvimento do meio ambiente”, visando a promoção da redução das desigualdades regionais. As teses e os objetivos centrais de um modelo de desenvolvimento sustentável do Brasil encontravam respaldo numa grande convergência das forças políticas brasileiras, em torno de quatro conceitos básicos:

- Inserção competitiva na economia mundial, combinado a ampliação do comércio externo brasileiro com a mudança seletiva da pauta de exportação;
- Reformulação do Estado e do seu papel econômico-social concentrando sua intervenção na regulação e no investimento básico, como agente promotor do desenvolvimento nacional;
- Equidade social e espacial, com a redução das disparidades sociais e regionais e criação de oportunidades de desenvolvimento iguais para todos os cidadãos e as diversas regiões;
- Consolidação das instituições democráticas brasileiras, como condição para o desenvolvimento nacional e da construção de uma nação moderna e progressista. (VIEIRA, 2004, p. 120/121).

Por outro lado, esse projeto incorporou os seguintes objetivos, dos quais destacamos:

- Estabilização imediata da economia, com o equacionamento dos estrangulamentos financeiros e estruturais que geram a inflação e impedem a retomada do crescimento econômico, em base sustentada;
- Reestruturação do Estado e do setor público, com o saneamento das finanças públicas, privatização de parcelas significativas da atividade produtiva estatal, desregulamentação da economia, descentralização e valorização do serviço e do servidor público (redefinindo as prerrogativas de União, Estados e Municípios) e elevação dos níveis de eficácia e eficiência da ação governamental;
- Fortalecimento da democracia e do processo participativo do cidadão, na execução do Projeto Nacional, consolidando a cidadania brasileira;
- Inserção competitiva do Brasil no cenário econômico internacional, associando a abertura da economia com o fortalecimento da competitividade sistêmica da economia brasileira, baseada nas inovações tecnológicas, no desenvolvimento de recursos humanos e na oferta adequada de infraestrutura de qualidade (VIEIRA, 2004, p. 121/122).

Portanto, a reorientação das políticas de desenvolvimento regional proposta pela Comissão Mista do Congresso que estudou os desequilíbrios regionais do Brasil, no início da década de 1990, tem um sentido muito claro: primeiro, aponta a necessidade de

superar a noção da própria ideia de desenvolvimento regional para enfatizar a necessidade de nacionalizá-lo; segundo, a implementação dessa proposta segue a orientação do novo modelo de desenvolvimento sustentável que define, a partir de uma concepção de Estado e de regulação econômica de nítida ascendência neoliberal, o que significa aplicar medidas que sejam coerentes com a nova realidade econômica, política e social brasileira.

Segundo o documento, o consenso político sobre o desenvolvimento sustentável no mundo, inclusive no Brasil e no Nordeste, implica na compreensão de que a sociedade tem objetivos de longo prazo, o que envolve o desenvolvimento de um novo referencial de valores. A rigor, como é típico dessa ideologia global do pensamento único, bem ao gosto da tradição política das nossas elites, o “consenso” deve ser buscado em meio às classes dominantes, sem que haja a menor consideração para as opiniões que contestem a estratégia proposta. O “consenso”, assim, configura uma aberta desconsideração de todo pensamento intelectual que se oponha à visão hegemônica, agora, determinada externamente. E essa é uma mudança essencial no debate intelectual em geral, especialmente sobre desenvolvimento econômico e social.

Mais recentemente, a burguesia brasileira aderiu ao neoliberalismo, quando a crise fiscal do Estado a fez abandonar a longa trajetória de convivência com o intervencionismo estatal, em troca da abertura do mercado interno para os fluxos de dinheiro e mercadorias – que incluía, é claro, a privatização das empresas estatais -, e manter o financiamento externo, agora orientado por uma nova estratégia de desenvolvimento.

No entanto, para o Projeto Áridas, a obtenção do consenso estratégico foi de mais difícil realização, porque exigia mudanças radicais em atitudes e comportamentos associadas à uma nova mentalidade e modos diversos de pensar, agir e fazer dos indivíduos na sua vida cotidiana.

No âmbito dessa realidade delineada, vejamos as propostas estratégicas do projeto Áridas para o ambiental, o espacial-regional, o produtivo, o social, o científico-tecnológico e o político-institucional.

O Projeto deu ênfase à agricultura irrigada, além de outras iniciativas. As condições para o desenvolvimento nordestino estavam associadas ao crescimento dos mercados regional, nacional e internacional, à sua organização em bases empresariais e à

disponibilidade de terras nas áreas onde já existiam infraestrutura de irrigação (BRASIL, 1994, p. 137). Para a estruturação do que o documento chamou de Programa Prioritário de Modernização da Agropecuária, tornou-se necessária a adoção de algumas “diretrizes estratégicas”. Em primeiro lugar:

- Os projetos públicos deveriam ser privatizados, proposta que seguiu a linha mestra da política neoliberal adotada para o Brasil como exigências dos governos, bancos e instituições de financiamento estrangeiras, desde o início dos anos de 1990;
- Expansão dos grandes e médios projetos empresariais de irrigação, principalmente destinados à fruticultura de exportação. Estes investimentos deveriam financiar sua própria infraestrutura global (bens de capital) de irrigação, ficando o Estado com o fornecimento de infraestrutura básica e de serviços sociais: energia, transporte, pesquisa, capacitação de recursos humanos e financiamento;
- Projeto de modernização e expansão do setor agropecuário nordestino, em relação às atividades ligadas à agropecuária de sequeiro, que objetivava “dividir” a ocupação do espaço econômico rural, localizada no semiárido, com a agricultura irrigada. A diretriz estratégica para o setor seria conferir-lhe prioridade, direcionando-o aos pequenos e médios estabelecimentos e viabilizando o acesso dos mesmos às necessidades básicas dos “agentes produtivos”, organizados prioritariamente em unidades familiares. (VIEIRA, 2004, p. 154).

Entre os pontos considerados fundamentais para que esses objetivos fossem alcançados estava a reestruturação fundiária. No entanto, esta dirigia-se a “áreas selecionadas de acordo com critérios que considerassem sua maior aptidão relativa para essa atividade [agropecuária de sequeiro], e que viessem a ser objeto de atuação prioritária do Estado, voltada preferencialmente para os pequenos produtores rurais” (VIEIRA, 2004, p.154).

Além dos aspectos estratégicos consignados, o Projeto Áridas debruçou-se sobre a industrialização, o turismo e o combate à pobreza. No que tange à estratégia industrial, foi assim definida:

- A competitividade (...) seria a diretriz central a nortear o esforço de reestruturação industrial, em particular os novos investimentos voltados para o crescimento da produção;
- A parcerias, envolvendo aportes de capitais, tecnologias e novos métodos de organização, com grupos empresariais nacionais e estrangeiros;

- A redes de pequenas empresas de alta tecnologia, integradas ou não a grandes empresas, envolvidas no beneficiamento de produtos como têxteis, couros e peles, materiais cerâmicos, materiais plásticos, alimentos, bem como articuladas a redes nacionais e internacionais de comercialização (...);
- A infraestrutura mais diretamente ligada ao processo de industrialização: distritos e galpões industriais, centros de informação tecnológicas e mercadológicas, mecanismos de identificação de oportunidades de investimentos e financiamento, assim como de novos mercados e de promoção de exportações, deveriam ser desenvolvidos;
- O controle da poluição, em vários níveis, bem como a minimização das agressões ambientais, impuham-se como condição de sustentabilidade. (VIEIRA, 2004, p. 165-166).

Além da preocupação concernente à indústria e ao turismo, esta última desenvolvida, sobretudo, pelo PRODETUR, o Projeto denotou preocupação com a miséria, cujos propósitos para a sua continuada diminuição foram destacados no Projeto Fome Zero.

A suposta análise global do desenvolvimento nordestino pretendida e pretensamente elaborada pelo Projeto Áridas é meramente formal. Todas as dimensões estão presas à dinâmica da lógica do livre mercado. É no campo da análise histórica que poderemos apreender essa relação básica que recorta todas as dimensões elaboradas pelo Projeto Áridas. Em síntese, o projeto Áridas pode ser visto como um testemunho do fracasso das políticas do Estado brasileiro.

As estratégias propostas pelo documento Ação Para o Nordeste

O documento AÇÃO PARA O NORDESTE (1996) foi de responsabilidade da Secretaria Especial de Políticas Regionais do Ministério do Planejamento. Ele procurou resumir as propostas de iniciativas a serem tomadas pelo governo federal, no âmbito das políticas de desenvolvimento regional, expressando a compreensão que o governo tinha a respeito, especialmente, do papel do Estado e do desenvolvimento econômico e regional.

O AÇÃO PARA O NORDESTE constituiu-se em um conjunto conciso de onze propostas consideradas “prioritárias” pelo governo para implementar uma nova estratégia de desenvolvimento para o Nordeste, a qual principiava com a preocupação relativa à reforma da SUDENE. Relacionaremos a seguir essas propostas:

- Reforma e Fortalecimento Institucional da SUDENE;

- Ampliação do Papel do BNDES, no Desenvolvimento da Região Nordeste;
- Apoio Financeiro aos Estados para Implementação do PRODETUR (Programa de Desenvolvimento do Turismo do Nordeste);
- Programa de Desenvolvimento de Recursos Hídricos para o Nordeste Semiárido (Pró-Água);
- Programa de Irrigação do Nordeste;
- Programa de Ciência e Tecnologia;
- Programa de Educação e Capacitação Profissional;
- Programa de Ação Social (Saúde, Saneamento e Habitação);
- Programa de Infraestrutura;
- Programa Regional de Geração de Emprego e Renda. (VIEIRA, 2004, p. 206).

Assim, o documento AÇÃO PARA O NORDESTE lembrava, em muitos aspectos, a proposta precedentemente encaminhada pelo Grupo do GTDN, reafirmando, todavia, as forças do grande capital nacional e internacional como elementos dinamizadores fundamentais da economia e sobre os interesses dos quais deveria se curvar o Estado e, com ele, toda a sociedade, inclusive, o empresariado nordestino.

A Transposição das Águas do Rio São Francisco

Outro projeto estratégico encaminhado pelo Ministério da Integração Nacional, tendo em vista a questão hídrica nordestina, foi a TRANSPOSIÇÃO DAS ÁGUAS DO RIO SÃO FRANCISCO, que tem acarretado grandes polêmicas até os dias de hoje. Os debates e discussões em torno do Projeto alertavam sobre a necessidade da revitalização do Rio São Francisco, antes que medidas fossem tomadas sobre a transposição das águas do mesmo. Esta posição era fundamentada no fato do rio em questão apresentar uma série de problemas que o afetaram, profundamente, no curso dos últimos anos: intensificação do processo de urbanização nas proximidades das suas margens, resultando, muitas vezes, na destinação dos resíduos sólidos nas suas próprias águas e, conseqüentemente, em focos de poluição; o assoreamento continuado do seu leito, tendo como consequência, continuadas interrupções da navegação, em vários trechos do seu curso, sobretudo nos períodos de estiagem, e, diminuição do volume das suas águas,

porquanto o São Francisco além de possuir poucos afluentes, na sua margem direita, por outro lado, os da margem esquerda, procedentes da região do cerrado, em face do agronegócio, já apresentavam sinais evidentes de comprometimento hídrico. Acrescentavam ainda, a este elenco de sérios problemas, o desmatamento visível das áreas concernentes às nascentes do rio São Francisco, interferindo, diretamente, no seu desempenho hídrico, já significativamente comprometido.

O Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional é um empreendimento do governo federal, sob a responsabilidade do Ministério da Integração Nacional. É destinado a assegurar oferta de água, em 2025, à aproximadamente 12 milhões de habitantes de 390 municípios do Agreste e do Sertão dos estados de Pernambuco, Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte.

O Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional apresenta dois eixos: o Norte que levará água para os sertões de Pernambuco, Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte e, o Leste, que beneficiará parte do sertão e o agreste de Pernambuco e da Paraíba. Cada eixo é dividido em lotes, compreendendo um total de 14 lotes de obras.

A integração do rio São Francisco às bacias dos rios temporários do Semiárido será possível com a retirada contínua de 26,4 m³/s de água, o equivalente a apenas 1,42% da vazão garantida pela barragem de Sobradinho (1850 m³/s), sendo que 16,4 m³/s (0,88%) seguirão para o Eixo Norte e 10 m³/s (0,54%) para o Eixo Leste. As bacias que receberão a água do rio São Francisco são: Brígida, Terra Nova, Pajeú, Moxotó e Bacias do Agreste, em Pernambuco; Jaguaribe e Metropolitanas no Ceará; Apodi e Piranhas-Açu, no Rio Grande do Norte; Paraíba e Piranhas, na Paraíba.

O Eixo Norte, a partir da captação no rio São Francisco próximo à cidade de Cabrobó – PE, percorrerá cerca de 402 km, conduzindo água aos rios Salgado e Jaguaribe, no Ceará; Apodi, no Rio Grande do Norte e Piranhas-Açu, na Paraíba e Rio Grande do Norte. Ao cruzar Pernambuco, este eixo disponibilizará água para atender às demandas de municípios inseridos em 3 sub-bacias do rio São Francisco: Brígida, Terra Nova e Pajeú. Para atender à região de Brígida, no oeste de Pernambuco, foi concebido um ramal de 110km de comprimento que levará parte da vazão do Eixo Norte para os açudes Entre Montes e Chapéu.

Os volumes excedentes transferidos serão armazenados em reservatórios estratégicos existentes nas bacias receptoras: Atalho e Castanhão, no Ceará; Armando Ribeiro Gonçalves, Santa Cruz e Pau dos Ferros, no Rio Grande do Norte; Engenheiro Ávidos e São Gonçalo, na Paraíba; e Chapéu e Entre Montes, em Pernambuco.

O Eixo Leste que terá sua captação no lago da barragem de Itaparica, no município de Floresta – PE, dirigirá-se, através de 220 km, até o rio Paraíba – PB, após deixar parte da vazão transferida nas bacias do Pajeú, do Moxotó e da região agreste de Pernambuco. Para o atendimento das demandas da região agreste de Pernambuco, o projeto prevê a construção de um ramal de 70 km, que interligará o Eixo Leste à bacia do rio Ipojuca.

O Eixo Leste funcionará com uma vazão contínua de 10 m³/s, disponibilizados para consumo humano. Periodicamente, em caso de abundância de água na bacia do São Francisco e de necessidade nas regiões beneficiadas, o canal poderá funcionar com a vazão máxima, que é de 28 m³/s. Este excedente hídrico será transferido para reservatórios existentes nas bacias receptoras: Poço da Cruz, em Pernambuco e Epitácio Pessoa (Boqueirão), na Paraíba.

Com o Projeto de Integração do Rio São Francisco, os grandes açudes Castanhão (Ceará), Armando Ribeiro Gonçalves (Rio Grande do Norte), Epitácio Pessoa (Paraíba), Poço da Cruz (Pernambuco) e outros do Nordeste Setentrional passarão a oferecer uma maior garantia para o fornecimento de água aos diversos usos das populações. Nos estados beneficiados com o projeto, vários sistemas de distribuição estão operando, encontrando-se em obras ou em fase de estudos, com o objetivo de levar água destes reservatórios estratégicos para suprir cidades e perímetros de irrigação.⁶

O Promontório Nordestino e o contexto internacional

Antes de entramos no mérito da projeção do Promontório Nordestino pela vasta área do Atlântico Sul, bem como contemplarmos os seus conteúdos estratégicos, salientamos que tais considerações merecem ser discutidas, fundamentalmente, tendo em vista que, como plataforma mais avançada na direção leste daquele oceano, representa pela sua posição geográfica a entrada efetiva do Atlântico Sul. Portanto, a nossa avaliação não poderá ater-se exclusivamente ao conteúdo interno e estratégico da região Nordeste, mas avançarmos nos aspectos que envolvem o contexto total do Atlântico Sul.

⁶ Disponível em: <http://www.mi.gov.br/saofrancisco/integracao/rima.asp> Acesso em: 13/03/2012.

O Atlântico Sul

O Atlântico Sul geográfico é a parte do Oceano Atlântico, situado no Hemisfério Sul. O Atlântico Sul histórico é considerado como a região dinâmica de comércio entre a África, Europa e América Latina, abrangendo o período das Grandes Navegações do século XVI, até fins do século XVIII e início do XIX.

Sob a ótica geopolítica, o Atlântico Sul pode ser entendido como a grande área localizada entre a América do Sul e África, incluindo os países banhados pelo Atlântico, nos dois continentes.

Nos séculos anteriores, constituiu-se numa área de intenso tráfico de navios negreiros. As rotas de tráfico entre África e Brasil passavam necessariamente pelo Atlântico Sul e foram responsáveis pelo transporte de cerca de 5 a 10 milhões de escravos trazidos da África para o Brasil, entre 1550 e meados do século XIX. O tráfico transatlântico pode ser considerado, desta forma, como um dos maiores processos de migração forçada da história. Além disso, o Atlântico Sul foi palco de intenso comércio envolvendo produtos tropicais como açúcar, café, cacau, tabaco, óleo de dendê, cachaça e metais preciosos como ouro e prata.

A herança histórica deixada por este período pode ser identificada em vários aspectos culturais, linguísticos, religiosos e gastronômicos, de ambos os lados do Atlântico Sul, especialmente no Brasil.

Pelo visto, até o século XIX, o Atlântico Sul foi o centro comercial do mundo ocidental, só cedendo tal primazia para o Atlântico Norte, quando este foi o palco da intensificação do comércio entre a América do Norte e Europa Ocidental. No Atlântico Sul ocorreram importantes conflitos político-estratégicos, abrangendo as guerras entre as grandes potências pelo acesso ou controle de colônias na América e África, além de guerras relativas a processos colonialistas.

Posteriormente, no século XIX foi palco de movimentos pela independência que, em muitos casos, envolveram guerras de libertação nacional. No séc. XX, o Atlântico Sul foi uma área secundária da Primeira Guerra Mundial. Uma única grande batalha naval ocorreu entre forças das marinhas inglesa e alemã próximo à região das Malvinas, em dezembro de 1914, conhecida como "Batalha das Falklands". Na costa africana, a principal disputa envolveu o controle das colônias alemãs, onde pequenas batalhas se estenderam até 1918.

Durante a Segunda Guerra Mundial, o Atlântico Sul protagonizou a importante Batalha do Atlântico. No período em que o Brasil participou da guerra, registramos o ataque a 35 navios brasileiros por parte dos alemães, dos quais 33 foram afundados. Deste conjunto, um navio era pertencente à Marinha de Guerra do Brasil, e todos os demais integravam a nossa Marinha Mercante.

Dentre as batalhas navais daquele conflito, destacam-se ainda os confrontos das forças navais aliadas dos EUA e da Grã-Bretanha contra a marinha da Alemanha, incluindo o episódio que terminou no afundamento do navio alemão, o Encouraçado Graf Spee, no litoral do Uruguai.

Na primeira etapa da Guerra Fria, o Atlântico Sul perdeu relevância estratégica em face do conflito global bipolar entre EUA e URSS, o que fez com que os países da região se considerassem seguros, ou ao menos, distantes dos principais conflitos internacionais. Esta situação começou a se alterar a partir dos anos de 1970, tendo em vista a crise do petróleo de 1973, quando o Atlântico passou a ser uma das mais importantes rotas de transporte de petróleo do mundo. Na sequência, uma série de novos conflitos locais, lograram relevância regional no Atlântico Sul, como a Guerra das Malvinas, a Guerra Civil de Angola e a guerra de independência da Namíbia.

Em 1982, o Atlântico Sul foi área do confronto entre Argentina e Grã-Bretanha, na Guerra das Malvinas. Na ocasião, as forças armadas Inglesas se deslocaram para o cenário do conflito. Nesta guerra, ocorreu o primeiro afundamento de um navio por um submarino nuclear de toda a história, no caso, o navio argentino General Belgrano, registrando-se muitas perdas de vidas humanas entre os argentinos. A vitória inglesa, com apoio indireto dos Estados Unidos e de alguns países da OTAN, modificou profundamente a percepção de ameaça dos países da região.

Por outro lado, na África Austral, constatamos um grande conflito com o envolvimento de diversos países da região na Guerra Civil de Angola (1975-1989 e 1990-2002). Durante o período da Guerra Fria, o conflito angolano envolveu importantes disputas que incluíram, de um lado, os países que apoiavam o governo do MPLA (Brasil, França, Cuba e URSS) e, de outro, os países que apoiavam os insurgentes da UNITA (EUA, Grã-Bretanha, China e África do Sul). Neste conflito, Cuba e África do Sul chegaram a se enfrentar diretamente em Angola e Namíbia.

Esses seguidos conflitos armados levaram o Brasil e outros países a uma tentativa de criar um entendimento para evitar uma corrida armamentista regional. Este esforço,

somado à busca para transformar a região em uma "zona desnuclearizada", levou à criação, em 1986, da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZPCAS).

Atualmente, não existem grandes conflitos em andamento no Atlântico Sul, que tem sido visto mais como uma área com grande potencial de cooperação nas relações entre América do Sul e África. Entretanto, também não existem garantias de que não possam ocorrer novas disputas armadas na região. As principais disputas político-territoriais ainda existentes, envolvem a reivindicação pela demarcação de águas territoriais e zonas econômicas exclusivas, principalmente entre os países do Golfo da Guiné. Muitas das disputas pela demarcação de fronteiras marítimas na costa atlântica da África, estão relacionadas aos interesses de controlar as reservas petrolíferas localizadas em alto mar, nesta região.

O Brasil tem área de aproximadamente 3,66 milhões de km² de território marítimo (águas territoriais e zona econômica exclusiva). Esta área poderá ser ampliada para 4,4 milhões km², se aceitas as reivindicações brasileiras perante a Comissão de Limites das Nações Unidas.

Além dos aspectos acima consignados, devemos lembrar a questão relativa às ilhas Tristão da Cunha, Santa Helena e Ascensão, localizadas no Atlântico Sul que são focos permanentes de preocupação quanto ao seu destino. Assim, como o futuro da Antártica, cuja proximidade e contato com o subcontinente sul-americano merecem especial atenção quanto ao seu controle, soberania e segurança. Portanto, os contenciosos transcendem o subcontinente e alçam a questão da segurança para fora de seus limites no plano mundial.

O Brasil, com o Mercosul, neste início do século XXI, extrapola seu próprio espaço e projeta-se no mundo. As questões de insegurança são novas, como novas devem ser as concepções de defesa. Na porção sul-americana do Atlântico Sul, estão organizados o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), o Pacto Andino e a União de Nações Sul-Americanas (UNASUL).

No lado africano, existe a organização continental União Africana e outras importantes organizações regionais. Na África Austral estão a Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC) e a União Aduaneira da África Austral (SACU/UAAA). Na África ocidental e em parte do Golfo da Guiné existem ainda a Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) e a União Econômica e Monetária do Oeste Africano (UEMOA).

Organizações para fins culturais e linguísticos, com atuação política, também existem nesta região, como a Organização dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), a Liga Árabe, que congrega principalmente países do norte do continente africano e os países africanos que integram a Comunidade Britânica de Nações.

Além de países de várias regiões do mundo, a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), também congrega países de ambas as margens do Atlântico Sul.

Ainda devemos salientar na área de influência do Atlântico Sul, a presença do Estreito de Magalhães e do Continente Antártico. O Tratado Antártico, de 1959, também abrange diversos países do Atlântico Sul e algumas das grandes potências que, à época do tratado, tinham pretensões territoriais no Atlântico Sul, especialmente na Antártida e algumas das ilhas do Atlântico Sul.⁷

O Estreito de Magalhães

O Estreito de Magalhães é uma passagem navegável de aproximadamente 600 km, ao sul da América do Sul continental. Situa-se entre o continente ao norte e a Terra do Fogo e Babo Horn ao sul. É a maior e mais importante passagem natural entre o Atlântico e o Pacífico.

O navegador português Fernão de Magalhães foi o primeiro europeu a navegar pelo estreito, em 1520, durante sua viagem de circum-navegação. O Chile tomou posse do estreito em 1843, e em 1881, a Terra do Fogo foi dividida entre o Chile e a Argentina.⁸

O estreito é conhecido pela dificuldade de navegação, devido ao clima hostil e à sua pequena largura. Mesmo assim, antes da criação do Canal do Panamá, o Estreito de Magalhães era a única passagem utilizada para atravessar do Atlântico ao Pacífico, evitando, assim, o tempestuoso cabo Horn.

7 Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Atl%C3%A2ntico_Sul Acesso em: 28/02/2012.

8 O estreito foi atravessado, entre outros, por Francis Drake e Charles Darwin. Os caçadores de ouro, durante a corrida do ouro na Califórnia, em 1849, também usaram essa rota. Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Estreito_de_Magalh%C3%A3es Acesso em: 28/02/2012.

O Continente Antártico

A Antártica ou Antártida é o mais meridional dos continentes e um dos menores, com uma superfície de 14 milhões km². É também o mais frio e o mais seco. A temperatura mais baixa da Terra (-89,2°C) foi registrada na Antártica. No interior do continente, a temperatura é de -40°C, com ventanias de aproximadamente 100 km/h que podem durar vários dias (ventos de até 320 km/h já foram constatados na área costeira). A altitude média da Antártica é de aproximadamente 2.000 metros.

Juridicamente, a Antártica está sujeita ao Tratado da Antártida, pelo qual as várias nações que reivindicavam territórios no continente – Argentina, Austrália, Chile, França, Noruega, Nova Zelândia e Reino Unido) concordaram em suspender as suas reivindicações, abrindo o continente à exploração científica.

Este continente tem uma população permanente apenas de cientistas e de pessoal de apoio, fixada nas bases científicas polares, oscilando entre mil, no inverno e quatro mil pessoas, no verão. Como não há povos nativos da Antártica, a sua história é a da sua exploração.

As primeiras expedições documentadas começaram no séc. XVI: Américo Vesúcio relatou o registro visual de terras a 52°S. Várias expedições aproximaram-se gradativamente do continente sem, no entanto, terem a certeza de que se tratava realmente de um continente ou de um conjunto de ilhas.

A ocupação humana propriamente dita, só teve início na primeira metade do século XIX, quando navios baleeiros chegaram à região das Ilhas Sandwich do Sul. Nesse período, James Weddell e James Clark Ross descobriram os mares que hoje levam os seus nomes. Este último, fez uma viagem de exploração na qual descobriu ainda a Ilha de Ross, os montes Erebus e Terror e a Terra de Vitória, retornando em 1843. Entre 1889 e 1895, firmou-se uma colaboração mútua entre Grã-Bretanha e Alemanha para a exploração científica da Antártica, resultando em diversas expedições ao continente, com o apoio e a participação de diferentes nações.

No início do séc. XX, os exploradores se voltaram para a conquista do Polo Sul. Ernest Henry Shackleton organizou uma expedição em 1908, sendo obrigado a retornar sem atingir o polo. Seguiu-se a ele, Roald Amundsen e Robert Falcon Scott em uma verdadeira corrida, pois iniciaram a incursão com apenas duas semanas de diferença, em 1911, partindo da Plataforma de Ross. Amundsen, atingiu o polo em 14 de dezembro de 1911, retornando em janeiro do ano seguinte. O grupo de Scott, chegou ao polo em 17 de

janeiro, ali encontrando a bandeira norueguesa. No caminho de volta, os cinco expedicionários morreram de fome e exaustão.

Após a conquista do polo, restava ainda a façanha de atravessar o continente de costa à costa. Shackleton assumiu a tarefa na Expedição Imperial Transantártica, em 1914, não obtendo sucesso, em virtude de uma série de dificuldades, entre elas, o fato dos navios terem ficado aprisionados no gelo e, posteriormente, afundado.

Atualmente, após o Tratado da Antártica, muitos países mantêm bases de pesquisas permanentes e a ocupação humana é constante. O Tratado da Antártica proíbe quaisquer operações militares no continente, tais como o estabelecimento de bases e de fortificações militares, a realização de manobras militares ou o teste de qualquer tipo de arma. O pessoal e o equipamento militar são permitidos apenas para pesquisa científica ou para outros propósitos pacíficos.

Nenhuma das reivindicações territoriais antárticas é reconhecida pela comunidade internacional. Nos termos do Artigo IV do Tratado da Antártica, que regula as atividades humanas ao sul do paralelo de 60°, nenhuma atividade durante a vigência do Tratado poderá ser considerada de reforço ou negação das reivindicações territoriais.

Hoje, 29 países possuem bases científicas na Antártica: África do Sul, Alemanha, Argentina, Austrália, Brasil, Bélgica, Bulgária, Chile, China, Coreia do Sul, Equador, Espanha, EUA, Federação Russa, Finlândia, França, Índia, Itália, Japão, Nova Zelândia, Noruega, Peru, Polônia, Reino Unido, República Checa, Romênia, Suécia, Ucrânia e Uruguai.

O Protocolo de Proteção Ambiental para o Tratado da Antártica (ou Protocolo de Madri), de 1991, também restringiu disputas por recursos. Em 1998, foi estabelecido um compromisso, proibindo a mineração por 50 anos, até o ano 2048, tendo havido, ainda, a decisão em torno da limitação de atividades econômicas e de exploração. A atividade primária básica é a captura e comércio de peixes.⁹

Programa Antártico Brasileiro

O Programa Antártico Brasileiro (PROANTAR) foi instituído pelo governo do Brasil em janeiro de 1982, com propósitos científicos e políticos referentes à Antártida. Ambos os propósitos foram atingidos em 1984, com a instalação da Estação Antártica

⁹ Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/ant%C3%a1rtica> Acesso em: 28/02/2012.

Comandante Ferraz, na baía do Almirantado, ilha do Rei George, a 130 km da ponta da península Antártica.

No ano de instituição do PROANTAR, o navio de apoio oceanográfico Barão de Teffé procedeu ao reconhecimento hidrográfico, oceanográfico e meteorológico de porções do continente Antártico, visando selecionar um local para a instalação de uma base brasileira. Em 12 de setembro de 1983, como resultado desta primeira expedição (designada Operação Antártica I), o Brasil foi reconhecido como Parte Consultiva do Tratado da Antártica.

Como dissemos, o Brasil realizou sua primeira expedição oficial à Antártica no verão de 1982/1983, com o navio apoio oceanográfico Barão de Teffé, da Marinha do Brasil e o navio oceanográfico Prof. Wladimir Besnard, da USP. Os navios zarparam do porto de Rio Grande, estado do Rio Grande do Sul, em 26 de dezembro de 1982. A bordo do Barão de Teffé havia 88 pessoas, entre militares, cientistas, jornalistas e convidados. No navio Prof. Wladimir Besnard estavam 28 pesquisadores e uma tripulação composta por 100 homens.

Em 5 de janeiro de 1985, depois de atravessar o Estreito de Drake, entre o extremo sul da América do Sul e a Antártica, o navio de apoio oceanográfico Barão de Teffé entrou na Zona do Tratado Antártico, na latitude de 60° Sul. Enquanto isto, a equipe do navio Prof. W. Besnard realizava pesquisas oceanográficas e meteorológicas no Estreito de Brainsfield.

A Estação Antártica Comandante Ferraz foi instalada em 6 de fevereiro de 1984, na baía do Almirantado, ilha do Rei George, no âmbito da Operação Antártica II, realizada no verão de 1983-84. Inicialmente com oito módulos, a estação abrigou doze pessoas durante 32 dias, sendo desativada até a operação seguinte. Durante a Operação Antártica IV, em 1986, a estação passou a ser ocupada permanentemente.

Em 1994, a Marinha do Brasil adquiriu o navio-polar norueguês Polar Queen, que foi renomeado Navio de Apoio Oceanográfico Ary Rongel, substituindo o navio Barão de Teffé a partir da Operação Antártica XIII. A nova embarcação opera helicópteros, transporta 2.400 m³ de carga e possui laboratórios de pesquisa oceanográfica e meteorológica. Para complementar e, futuramente substituir o navio Ary Rongel, a Marinha do Brasil negociou a compra e modernização do navio Ocean Empress, que após a sua modernização e adaptação, recebeu o nome de Almirante Maximiano.

A Força Aérea Brasileira apóia o PROANTAR por meio de sete vôos anuais com aeronaves C-130 Hercules, que transportam equipamentos, material e pessoal, tanto no verão, como no inverno.

Os objetivos científicos do Programa Antártico Brasileiro incluem o desenvolvimento de pesquisas no continente Antártico para ampliar o conhecimento dos fenômenos naturais, que ali ocorrem, e sua repercussão sobre o território brasileiro. O CNPq é a entidade responsável pela pesquisa científica brasileira na Antártida e desenvolve projetos para estudar as mudanças ambientais globais, identificando, também, os recursos econômicos vivos e não-vivos da região, além das formas de seu aproveitamento e levantamento das condições fisiográficas e ambientais do continente Antártico.

O objetivo político do PROANTAR visa preservar o direito do Brasil participar das reuniões consultivas periódicas sobre o continente Antártico previstas no art. IX do Tratado da Antártida, o que exige, a manifestação de interesse pelo continente através da promoção da pesquisa científica, bem como o estabelecimento de estação científica ou o envio de expedições científicas.

O PROANTAR é gerenciado pela Comissão Interministerial para os Recursos do Mar, órgão criado em 2001 e que é coordenado pelo comandante da Marinha do Brasil. O programa é integrado ainda pelo CNPq e Ministério do Meio Ambiente.

A Esantar foi estabelecida na Fundação Universidade Federal do Rio Grande para dar apoio logístico às operações do Brasil na Antártica. Praticamente, todos os equipamentos passam pela Esantar para abastecimento e manutenção da Estação Comandante Ferraz, a qual, infelizmente, foi alvo de incêndio e destruída em março de 2012.¹⁰

Considerações finais

Conforme afirmamos, algo que também se consolidou neste século foi que os Estados devem ter uma Estratégia Nacional. Esta estratégia deve estar subordinada a um objetivo preconcebido e voltada para a defesa do interesse nacional. Ela também é um dos vértices de um triângulo indissociável, que tem na política e no poder nacional, seus outros dois vértices.

¹⁰ Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Programa_ant%C3%a1rtico_brasileiro Acesso em: 28/02/2012.

O Estado Brasileiro, contemporaneamente, está empenhado no processo de integração nacional e, pelo fato do Promontório Nordeste ser um território indissociável do conjunto brasileiro, daí resulta que esta região do país tem um desempenho importante a cumprir no âmbito da Estratégia Nacional.

Portanto, a Estratégia Nacional é a arte de empregar o poder nacional para alcançar e preservar os objetivos predefinidos e estabelecidos pela Política Nacional. O objetivo mais importante da estratégia nacional do Brasil é a busca da mundialização. O Brasil, conforme demonstramos geograficamente, detém duas propriedades: a presença continental e marítima.

Desta constatação resulta o primeiro princípio da sua estratégia nacional: a estruturação de um espaço de prevalência da mundialização no Hemisfério Sul que observe as características de sua presença continental e marítima; segundo, é a extensão deste espaço estruturado, em relação a todo Hemisfério Norte.

O detalhamento do primeiro princípio sugerido é:

- O aproveitamento da presença continental, mediante a formatação de um processo de cooperação sul-americana, aproveitando as componentes estruturais já apontadas, como instrumento de organização do processo de mundialização;
- O aproveitamento da presença marítima, como instrumento de dominação do espaço marítimo do Atlântico Sul e condução do processo de mundialização rumo ao Golfo da Guiné e costa ocidental da África; e
- Criação de uma nova presença marítima vinculada ao oceano Pacífico que conduza a mundialização à Nova Zelândia, à Austrália e à costa oriental da África. (COSTA, 2009, p. 515).

O detalhamento do segundo princípio pressupõe a montagem de parcerias estratégicas e alianças com potências do Hemisfério Norte, para a penetração da mundialização neste espaço, e será fruto das circunstâncias conjunturais do balanço de poder neste Hemisfério.

Neste contexto, devemos nos fixar no seu primeiro passo: o aproveitamento da presença continental do Brasil, mediante a formatação de um processo de cooperação sul-americana.

Contudo, qualquer estratégia nacional só será possível, se trazer dentro de si, uma vontade nacional que seja capaz de contestar a ordem internacional. Traçada a estratégia nacional, é possível se estruturar um projeto nacional, e deste, se montar uma política de defesa para o nosso futuro.

Assim, entendemos que o tema da integração da América do Sul, por exemplo, representa o primeiro passo da estratégia nacional do Brasil, direcionando o seu movimento inicial, a montagem de uma aliança com a Argentina e a Venezuela. O sucesso deste movimento levará, necessariamente, à integração dos demais países da região para a formação de um Megaestado no Hemisfério Sul, levando a América do Sul para o centro do debate mundial.

Um tema de importância estratégica para a comunidade sul-americana é a questão energética – já que os combustíveis fósseis ainda devem dominar a agenda por várias décadas. E dentre, eles, o petróleo que, cada vez mais escasso, forçosamente dará lugar ao gás natural. As reservas atuais da América do Sul, somadas às recentes indicações de grandes quantidades de petróleo e gás no litoral do Brasil, indicam a oportunidade estratégica para este Megaestado buscar transformar estas descobertas em riquezas voltadas para o desenvolvimento econômico e social de seus países-membros. Dentro também desta matriz energética, outro tema a ser priorizado é o potencial que a região dispõe para produzir combustíveis a partir da biomassa e outras energias renováveis. Embora não sejam capazes de mudar o modelo, nem de salvar a civilização, terão um papel cada vez mais relevante na matriz energética mundial.

Resumindo, são três as diretrizes centrais para o setor energético:

- Investimento em prospecção de combustíveis fósseis;
- Investimento em pesquisa e produção de energia, a partir de biomassas e,
- Investimento em pesquisa na área nuclear. (COSTA, 2009, p. 550)

O segundo tema estratégico é o da água doce que, cada vez mais, se torna escassa no mundo. O subcontinente dispõe de aproximadamente 50% das reservas de água doce do mundo, sendo grande parte subterrânea. Este quadro demanda uma política comum para a região, lastreada numa avaliação do regime pluviométrico em todo o território e num censo das disponibilidades de fontes, nascentes e lagos, além das

reservas correspondentes aos lençóis freáticos e subterrâneos, estabelecendo as diretrizes espaciais para a preservação e a utilização racional deste recurso.

O terceiro tema é o da produção de alimentos. A região requer uma política de fomento à produtividade e de diversificação de sua agricultura, para aumentar a produção, com o incremento de moderno processo tecnológico. Este avanço lhe permitirá expandir a sua fronteira agrícola, que tem potencialidade para vir a ser a grande supridora de alimentos do mundo.

O quarto, e não menos importante, é a questão ambiental. E, dentro deste tema, a Amazônia será cada vez mais importante. A construção de um modelo que permita a utilização racional da região amazônica, que a desenvolva sem a destruir, será o maior desafio que se impõe aos estrategistas sul-americanos.

Sem dúvida, estaremos presentes nas questões centrais para a humanidade neste século XXI. E, para enfrentarmos este desafio precisamos estar preparados para demonstrar que seremos capazes de marchar em direção ao centro e conduzir o processo de integração de toda a humanidade aos destinos maiores de paz e liberdade, como estão postos no conteúdo que orienta toda a filosofia ocidental.

O projeto nacional para o Brasil que não pode olvidar a América do Sul deve estar centrado nos seguintes aspectos: não ser subserviente à acumulação, o que só será possível, se colocarmos os negócios e a técnica ao serviço do homem, evitando que ele seja prisioneiro do mercado e escravo do consumo.

Referências

BACELAR, T.; DUARTE, R.; GUIMARÃES, L.; GOMES, E. **O GTDN: da proposta à realidade: ensaios sobre a questão regional**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 1994.

BRASIL. **Estratégia Nacional de Defesa**. Brasília: Ministério da Defesa, 2008.

COSTA, D. **Fundamentos do Estudo da Estratégia Nacional**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009.

ENCICLOPÉDIA DO MAR, Vol. 3. São Paulo: Editora Abril, 1975.

_____. Vol. 4. São Paulo: Editora Abril, 1975.

GREENFELD, L. **Nacionalismo, cinco caminhos para a modernidade**. Lisboa: Edições Brasil-América, 1998.

VEIRA, F. L. R. **SUDENE e Desenvolvimento Sustentável: Planejamento Regional durante a década neoliberal.** João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2004.

Recebido em Abril de 2012.

Publicado em Julho de 2012.